



PREGÃO ELETRÔNICO

MODALIDADE N° 031|2026

CONTRATANTE

Município de Rio Pomba – CNPJ N° 17.744.434/0001-07

OBJETO

Aquisição de medicamentos básicos e judiciais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 394.833,68 (trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA

Aberto

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

SIM

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO, SIMPLIFICADO E REGIONALIZADO PARA ME/EPP

NÃO



SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
11. DOS RECURSOS.....	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	22



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE RIO POMBA-MG**, inscrito no CNPJ sob o nº 17.744.434/0001-07, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, sediado à Av. Raul Soares, nº 15, Centro, Rio Pomba-MG, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, de forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 2.712, de 27 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de medicamentos básicos e judiciais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. Não será admitida a utilização do presente Registro de Preços por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucedará as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.10.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no(s) item(ns) exclusivo(s) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca e modelo, no que couber;

5.1.3. Fabricante, no que couber;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência, integrante ao presente Edital.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

6.21.2.3.empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4.empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Tratando-se de licitação em lote, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia e atualizada pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade, para fins de definição de preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

6.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha orçamentária de custos;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída ou verificada pela apresentação do registro cadastral no SICAF, nos documentos por ele abrangidos, observando-se estritamente o prazo de validade nos níveis cadastrados.

8.1.2. A licitante, classificada como provisoriamente vencedora, deverá encaminhar os documentos de habilitação, através do sistema, no prazo de 02 (duas) horas após a abertura de diligência pelo Pregoeiro.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia – cuja prova de autenticidade poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal – ou no caso de documentos extraídos de sistemas informatizados (internet), através da verificação de sua autenticidade por meio eletrônico, nos termos da legislação vigente.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração conjunta, nos moldes do ANEXO III, aduzindo, dentre outras questões, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Art. 64 da Lei 14.133/21):

8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A Ata de Registro de Preços será assinada, obrigatoriamente, por meio de assinatura digital.



9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantos forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Rio Pomba-MG (<https://www.riopomba.mg.gov.br/>).

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes no cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio Pomba, localizado na Av. Raul Soares, nº 15, 2º andar, Centro, Rio Pomba-MG.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- a) Em campo específico, através do Portal de Compras Públicas.
- b) Extraordinariamente, em caso de indisponibilidade do referido portal, mediante comprovação, através do e-mail licitacaopmrp@gmail.com, desde que contenha assinatura digital dos documentos;

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Rio Pomba (<https://www.riopomba.mg.gov.br/>), através de solicitação formal pelo e-mail (licitacaopmrp@gmail.com) ou no Departamento de Licitação e Contratos, com sede na Av. Raul Soares, nº 15, Centro, Rio Pomba-MG, CEP: 36.180-000.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Declaração Conjunta;

Rio Pomba-MG, 01 de junho de 2026

Rafael Vilela Martins
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

ANEXO I - Termo de Referência (TR)

PROCESSO Nº 110/2026

I – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Aquisição de medicamentos básicos e judiciais**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
0001	447933461	ACEBROFILINA 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 120ML.	FR	600	5,70	3.420,00
0002	447933721	ÁCIDO FÓLICO – VITAMINA B9 – 5MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	20000	0,06	1.200,00
0003	447933723	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	2000	0,23	460,00
0004	447933727	AMOXICILINA 50MG/ML – PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL - APRESENTAÇÃO: FRASCO	FR	1000	4,46	4.460,00
0005	447933522	BACLOFENO 10MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: BACLOFENO 10MG. APRESENTAÇÃO: CROMPRIMIDO REVESTIDO.	CR	2160	0,14	302,40
0006	447933525	BLOQUEADOR/PROTETOR SOLAR LABIAL FPS 60 - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 5G.	FR	48	28,99	1.391,52
0007	447933470	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ DIPIRONA 250MG -	CP	9000	0,74	6.660,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

		APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.				
0008	447933216	CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG (500 MG DE CÁLCIO) - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	10000	0,09	900,00
0009	447933737	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 1250 + 400MG + UI (500 MG DE CÁLCIO) - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	11000	0,09	990,00
0010	447933472	CINARINA 75MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	600	0,59	354,00
0011	447933743	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO 500MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	10000	0,26	2.600,00
0012	447933473	CLOMIPRAMINA CLORIDRATO 25MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO	CP	20000	1,16	23.200,00
0013	447933475	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML – SOLUÇÃO ORAL - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 20ML.	FR	1200	2,66	3.192,00
0014	447933474	CLONAZEPAM 2MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	180000	0,07	12.600,00
0015	447933476	CLORETO DE SÓDIO 9MG/ML – 0,9 % - SOLUÇÃO NASAL - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 50ML.	FR	300	3,32	996,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

0016	447933531	CONCOR 10MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL. APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO REVESTIDO.	CR	360	3,32	1.195,20
0017	447935039	DEXCLORFENIRAMINA MAL 0,4MG/ML – SUSPENSÃO - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 100ML.	FR	400	5,49	2.196,00
0018	447933746	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 2,0MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	5000	0,09	450,00
0019	447933533	DIMETILPOLISILOXANE 10ML - SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA. SUBSTÂNCIA ATIVA: DIMETILPOLISILOXANE. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 10ML.	FR	12	122,52	1.470,24
0020	447933535	DOBEVEN 500MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: DOBESILATO DE CÁLCIO. APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	720	3,41	2.455,20
0021	447933542	GABAPENTINA 300MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: GABAPENTINA. APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	720	0,44	316,80
0022	447933543	GLIFAGE XR 500MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: CLORIDRATO DE METFORMINA. APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	360	0,38	136,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

0023	447933753	HALOPERIDOL 1MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	5000	0,22	1.100,00
0024	447933489	HIDRALAZINA CLORIDRATO 50MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	8000	0,64	5.120,00
0025	447933545	HIPERTÔNICO 5% - SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA 10ML - SUBSTÂNCIA ATIVA: CLORETO DE SÓDIO 5%. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 10ML.	FR	12	21,00	252,00
0026	447933490	IMIPRAMINA 25MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	12000	0,60	7.200,00
0027	447933494	LEVOMEPROMAZINA MALEATO 25MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	7000	0,60	4.200,00
0028	447933756	LEVOTIROXINA 25 MCG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	50000	0,32	16.000,00
0029	447933758	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	30000	0,35	10.500,00
0030	447933757	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	50000	0,33	16.500,00
0031	447933759	LÍTIO CARBONATO 300MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	80000	0,30	24.000,00
0032	447933549	MELLERIL 200MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: CLORIDRATO DE TIORIDAZINA.	CR	360	17,33	6.238,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

		APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO REVESTIDO.				
0033	447933499	METILDOPA 250MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	20000	0,64	12.800,00
0034	447933761	METOPROLOL SUCCINATO 25MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERACAO CONTROLADA - .	CP	50000	0,29	14.500,00
0035	447933763	METRONIDAZOL 100 MG/G - GEL VAGINAL - APRESENTAÇÃO: BISNAGA COM 50G.	BG	250	7,54	1.885,00
0036	447933551	NEOZINE 4% - 20ML - SUBSTÂNCIA ATIVA: MALEATO DE LEVOMEPRIMAZINA. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 20 ML.	FR	12	20,58	246,96
0037	447933504	NIMESULIDA 100MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	10000	0,14	1.400,00
0038	447933505	NISTATINA 25.000 UI - CREME VAGINAL - APRESENTAÇÃO: BISNAGA COM 50G.	BG	450	6,62	2.979,00
0039	447934997	OMALIZUMABE 150MG/ML - SUBSTÂNCIA ATIVA: OMALIZUMABE. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM CONTENDO 1 SERINGA PREENCHIDA.	UN	24	2.540,62	60.974,88
0040	447933509	OXCARBAZEPINA 60MG/ML - SUSPENSÃO ORAL - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 100ML.	FR	100	41,10	4.110,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

0041	447933768	PERMETRINA 50 MG/ML – 5% LOÇÃO - APRESENTAÇÃO: FR: FRASCO COM 60ML.	FR	300	4,30	1.290,00
0042	447933769	PREDNISOLONA FOSFATO SÓDICO 3MG/ML – SOLUCAO ORAL - APRESENTAÇÃO: FR: FRASCO COM 60ML.	FR	1500	8,70	13.050,00
0043	447933553	RETEMIC 5MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: CLORIDRATO DE OXIBUTININA. APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	720	1,10	792,00
0044	447933544	REUQUINOL 400MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: SULFATO DE HIDROXICLOROQUINA. APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO REVESTIDO.	CR	360	2,57	925,20
0045	447933568	SERETIDE 25 + 250MCG – SPRAY COM 120 DOSES - SUBSTÂNCIA ATIVA: SALMETEROL + FLUTICASONA – APRESENTAÇÃO: FRASCO PRAY COM 120 DOSES.	FR	60	249,98	14.998,80
0046	447933513	SIMETICONA 75MG/ML SOLUÇÃO - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 10ML.	FR	600	1,84	1.104,00
0047	447935043	SULFATO FERROSO 125MG/ML – GOTAS - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 30ML.	FR	100	3,82	382,00
0048	447933571	TEGRETOL CR 400MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: CARBAMAZEPINA. PRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	1080	2,18	2.354,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

0049	447933574	URSACOL 150MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: ÁCIDO URSODESOXICÓLICO. PRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO REVESTIDO.	CR	2520	5,20	13.104,00
0050	447933222	VALPROATO DE SÓDIO - ÁCIDO VALPROICO 500 MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	75000	0,75	56.250,00
0051	447933515	VALPROATO DE SÓDIO - ÁCIDO VALPROICO 50 MG/ML XAROPE - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 100ML.	FR	800	6,46	5.168,00
0052	447933576	VENLAFAXINA 75MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: CLORIDRATO DE VENLAFAXINA. APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO REVESTIDO.	CR	360	0,59	212,40
0053	447933577	VENVANSE 30MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: DIMSILATO DE LISDEXANFETAMINA. APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	672	16,18	10.872,96
0054	447933516	VITAMINAS DO COMPLEXO B - POLIVITAMÍNICO - APRESENTAÇÃO: DRÁGEA.	DG	6000	0,06	360,00
0055	447933579	XALATAN 50 MCG/ML - 2,5 ML - SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA - SUBSTÂNCIA ATIVA: LATANOPROSTA. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 2,5ML.	FR	24	233,54	5.604,96
0056	447933580	XARELTO 20MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: RIVAROXABANA.	CR	672	11,03	7.412,16



		APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO REVESTIDO.				
--	--	--	--	--	--	--

1.2. Os itens objeto desta contratação não se enquadram como sendo de bens de luxo.

1.3. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano**, contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

II – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

IV – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos previstos no tópico “Possíveis impactos ambientais” do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas, características ou modelos:

4.2. Na presente contratação, admite-se a indicação de marcas, características ou modelos, conforme especificado no descritivo de cada item, em caráter devidamente justificado. Tal indicação decorre da



necessidade de fiel cumprimento de decisões judiciais, as quais determinam o fornecimento de produtos específicos aos beneficiários, em observância às prescrições médicas e às particularidades clínicas individualizadas. Dessa forma, não será admitida a substituição por marcas equivalentes ou similares, uma vez que a alteração do produto indicado poderá comprometer a efetividade do tratamento, descumprir ordem judicial e ocasionar prejuízos à Administração Pública, inclusive com aplicação de penalidades legais.

4.2.1. Os itens destinados ao atendimento de decisões judiciais são aqueles expressamente identificados neste Termo de Referência – TR, incluindo, mas não se limitando, aos itens: 0005, 0006, 0016, 0019, 0020, 0021, 0022, 0025, 0032, 0039, 0043, 0044, 0045, 0048, 0049, 0052, 0053, 0055 e 0056.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:

4.3. Na presente contratação, considerando a simplicidade no fornecimento dos itens, não houve necessidade da vedação de utilização de marcas ou produtos.

Da exigência de amostra

4.4. Na presente contratação, considerando a simplicidade no fornecimento do bem, não houve necessidade da apresentação de amostra do(s) produto(s) ofertado(s).

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.6.1. Trata-se de contratação de baixa complexidade, não envolvendo dedicação exclusiva de mão de obra e o pagamento é condicionado às entregas do material.

V – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Condições de Entrega



5.1. O prazo de entrega dos itens é de 10 (dez) dias, contados da Autorização de Fornecimento (AF), sob demanda da Secretaria.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os itens deverão ser entregues nos endereços anexados na Autorização de Fornecimento (AF):

Rua Cel. Francisco Vieira, S/N – Térreo - Bairro: Rosário – Rio Pomba/MG - FARMÁCIA MUNICIPAL DE RIO POMBA - Das 07:00h às 17:00h.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. Na presente contratação, considerando a baixa complexidade do objeto, bem como suas características, não haverá exigência de garantia, manutenção ou assistência técnica.

VI – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações



contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.12. A gestão e fiscalização contratual caberá à Unidade Requisitante, através dos seguintes responsáveis:

Gestor

Rafael Vilela Martins | 4145

Fiscais

Hygo da Silva Braga | 4309



Rogério Marques Aguiar | 2769

Randolpho Campos Vieira | 4166

VII – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a empresa deverá ser comunicada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



Prazo de liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento



7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

7.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.18.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.19. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

VIII – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).



8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

8.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de itens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.25.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.25.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

IX – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 394.833,68 (trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

X – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Trata-se de Registro de preços, portanto, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Rio Pomba - MG, 29 de maio de 2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

Rafael Vilela Martins
Secretário Municipal de Saúde



Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (ETP)

PROCESSO Nº 110/2026

I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A aquisição de medicamentos básicos e judiciais visa garantir o direito à saúde, tanto em sua dimensão coletiva quanto individual, por meio da disponibilização contínua e adequada desses. Essa medida assegura o abastecimento farmacêutico, o atendimento às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme preconizado na legislação vigente, bem como o cumprimento de decisões judiciais que determinam o fornecimento de medicamentos específicos a usuários, promovendo a equidade no acesso ao tratamento medicamentoso e contribuindo para a integralidade da assistência farmacêutica.

II – UNIDADE REQUISITANTE:

Setor Requirante (Unidade Setor Departamento):	Responsável
Secretaria Municipal de Saúde	Rafael Vilela Martins

III – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

ITEM 01 – CÓD 447933461 –
ACEBROFILINA 10MG/ML SOLUÇÃO
ORAL - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM
120ML.

ITEM 02 – CÓD 447933721 – ÁCIDO
FÓLICO – VITAMINA B9 – 5MG -
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 03 – CÓD 447933723 –
ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG -
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 04 – CÓD 447933727 –
AMOXICILINA 50MG/ML – PÓ PARA

SUSPENSAO ORAL - APRESENTAÇÃO:
FRASCO

ITEM 05 – CÓD 447933522 – BACLOFENO
10MG - SUBSTÂNCIA ATIVA:
BACLOFENO 10MG. APRESENTAÇÃO:
CROMPRIMIDO REVESTIDO.

ITEM 06 – CÓD 447933525 –
BLOQUEADOR/PROTETOR SOLAR
LABIAL FPS 60 - APRESENTAÇÃO:
FRASCO COM 5G.

ITEM 07 – CÓD 447933470 –
BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

10MG/ DIPIRONA 250MG -
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 08 – CÓD 447933216 – CARBONATO
DE CÁLCIO 1250MG (500 MG DE
CÁLCIO) - APRESENTAÇÃO:
COMPRIMIDO.

ITEM 09 – CÓD 447933737 – CARBONATO
DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
(VITAMINA D) 1250 + 400MG + UI (500 MG
DE CÁLCIO) - APRESENTAÇÃO:
COMPRIMIDO.

ITEM 10 – CÓD 447933472 – CINARINA
75MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 11 – CÓD 447933743 –
CIPROFLOXACINO CLORIDRATO 500MG
- APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 12 – CÓD 447933473 –
CLOMIPRAMINA CLORIDRATO 25MG -
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO

ITEM 13 – CÓD 447933475 –
CLONAZEPAM 2,5 MG/ML – SOLUÇÃO
ORAL - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM
20ML.

ITEM 14 – CÓD 447933474 –
CLONAZEPAM 2MG - APRESENTAÇÃO:
COMPRIMIDO.

ITEM 15 – CÓD 447933476 – CLORETO DE
SÓDIO 9MG/ML – 0,9 % - SOLUÇÃO

NASAL - APRESENTAÇÃO: FRASCO
COM 50ML.

ITEM 16 – CÓD 447933531 – CONCOR
10MG - SUBSTÂNCIA ATIVA:
HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL.
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO
REVESTIDO.

ITEM 17 – CÓD 447935039 –
DEXCLORFENIRAMINA MAL 0,4MG/ML
– SUSPENSÃO - APRESENTAÇÃO:
FRASCO COM 100ML.

ITEM 18 – CÓD 447933746 –
DEXCLORFENIRAMINA MALEATO
2,0MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 19 – CÓD 447933533 –
DIMETILPOLISILOXANE 10ML -
SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA.
SUBSTÂNCIA ATIVA:
DIMETILPOLISILOXANE.
APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 10ML.

ITEM 20 – CÓD 447933535 – DOBEVEN
500MG - SUBSTÂNCIA ATIVA:
DOBESILATO DE CÁLCIO.
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 21 – CÓD 447933542 –
GABAPENTINA 300MG - SUBSTÂNCIA
ATIVA: GABAPENTINA.
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

ITEM 22 – CÓD 447933543 – GLIFAGE XR
500MG - SUBSTÂNCIA ATIVA:
CLORIDRATO DE METFORMINA.
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 23 – CÓD 447933753 –
HALOPERIDOL 1MG - APRESENTAÇÃO:
COMPRIMIDO.

ITEM 24 – CÓD 447933489 –
HIDRALAZINA CLORIDRATO 50MG -
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 25 – CÓD 447933545 – HIPERTÔNIC
5% – SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA 10ML
- SUBSTÂNCIA ATIVA: CLORETO DE
SÓDIO 5%. APRESENTAÇÃO: FRASCO
COM 10ML.

ITEM 26 – CÓD 447933490 – IMIPRAMINA
25MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 27 – CÓD 447933494 –
LEVOMEPROMAZINA MALEATO 25MG -
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 28 – CÓD 447933756 –
LEVOTIROXINA 25 MCG -
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 29 – CÓD 447933758 –
LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG -
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 30 – CÓD 447933757 –
LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG -
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 31 – CÓD 447933759 – LÍTIO
CARBONATO 300MG - APRESENTAÇÃO:
COMPRIMIDO.

ITEM 32 – CÓD 447933549 – MELLERIL
200MG - SUBSTÂNCIA ATIVA:
CLORIDRATO DE TIORIDAZINA.
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO
REVESTIDO.

ITEM 33 – CÓD 447933499 – METIILDOPA
250MG - APRESENTAÇÃO:
COMPRIMIDO.

ITEM 34 – CÓD 447933761 –
METOPROLOL SUCCINATO 25MG –
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO
REVESTIDO DE LIBERACAO
CONTROLADA.

ITEM 35 – CÓD 447933763 –
METRONIDAZOL 100 MG/G – GEL
VAGINAL - APRESENTAÇÃO: BISNAGA
COM 50G.

ITEM 36 – CÓD 447933551 – NEOZINE 4%
– 20ML - SUBSTÂNCIA ATIVA: MALEATO
DE LEVOMEPROMAZINA.
APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 20 ML.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM.2025 - 2028

ITEM 37 – CÓD 447933504 – NIMESULIDA
100MG - APRESENTAÇÃO:
COMPRIMIDO.

ITEM 38 – CÓD 447933505 – NISTATINA
25.000 UI – CREME VAGINAL -
APRESENTAÇÃO: BISNAGA COM 50G.

ITEM 39 – CÓD 447934997 –
OMALIZUMABE 150MG/ML –
SUBSTÂNCIA ATIVA: OMALIZUMABE.
APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM
CONTENDO 1 SERINGA PREENCHIDA.

ITEM 40 – CÓD 447933509 –
OXCARBAZEPINA 60MG/ML -
SUSPENSÃO ORAL - APRESENTAÇÃO:
FRASCO COM 100ML.

ITEM 41 – CÓD 447933768 – PERMETRINA
50 MG/ML – 5% LOÇÃO -
APRESENTAÇÃO: FR: FRASCO COM
60ML.

ITEM 42 – CÓD 447933769 –
PREDNISOLONA FOSFATO SÓDICO
3MG/ML – SOLUCAO ORAL -
APRESENTAÇÃO: FR: FRASCO COM
60ML.

ITEM 43 – CÓD 447933553 – RETEMIC
5MG - SUBSTÂNCIA ATIVA:
CLORIDRATO DE OXIBUTININA.
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 44 – CÓD 447933544 – REUQUINOL
400MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: SULFATO
DE HIDROXICLOROQUINA.
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO
REVESTIDO.

ITEM 45 – CÓD 447933568 – SERETIDE 25
+ 250MCG – SPRAY COM 120 DOSES -
SUBSTÂNCIA ATIVA: SALMETEROL +
FLUTICASONA – APRESENTAÇÃO:
FRASCO PRAY COM 120 DOSES.

ITEM 46 – CÓD 447933513 – SIMETICONA
75MG/ML SOLUÇÃO - APRESENTAÇÃO:
FRASCO COM 10ML.

ITEM 47 – CÓD 447935043 – SULFATO
FERROSO 125MG/ML – GOTAS -
APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 30ML.

ITEM 48 – CÓD 447933571 – TEGRETOL
CR 400MG - SUBSTÂNCIA ATIVA:
CARBAMAZEPINA. PRESENTAÇÃO:
COMPRIMIDO.

ITEM 49 – CÓD 447933574 – URSACOL
150MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: ÁCIDO
URSODESOXICÓLICO. PRESENTAÇÃO:
COMPRIMIDO REVESTIDO.

ITEM 50 – CÓD 447933222 – VALPROATO
DE SÓDIO – ÁCIDO VALPROICO 500 MG
- APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 51 – CÓD 447933515 – VALPROATO
DE SÓDIO – ÁCIDO VALPROICO 50



MG/ML XAROPE - APRESENTAÇÃO:
FRASCO COM 100ML.

ITEM 52 – CÓD 447933576 –
VENLAFAXINA 75MG - SUBSTÂNCIA
ATIVA: CLORIDRATO DE
VENLAFAXINA. APRESENTAÇÃO:
COMPRIMIDO REVESTIDO.

ITEM 53 – CÓD 447933577 – VENVANSE
30MG - SUSTÂNCIA ATIVA: DIMESILATO
DE LISDEXANFETAMINA.
APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.

ITEM 54 – CÓD 447933516 – VITAMINAS
DO COMPLEXO B – POLIVITAMÍNICO -
APRESENTAÇÃO: DRÁGEA.

ITEM 55 – CÓD 447933579 – XALATAN 50
MCG/ML – 2,5 ML – SOLUÇÃO
OFTALMOLÓGICA - SUBSTÂNCIA
ATIVA: LATANOPROSTA.
APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 2,5ML.

ITEM 56 – CÓD 447933580 – XARELTO
20MG - SUBSTÂNCIA ATIVA:
RIVAROXABANA. APRESENTAÇÃO:
COMPRIMIDO REVESTIDO.



IV – LEVANTAMENTO DE MERCADO:

4.1. Não identificamos outras alternativas de solução no mercado para o problema apresentado que não seja a aquisição dos itens.

4.2. Os itens desta contratação são caracterizados como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

V – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

5.1. O(s) FISCAL(is) DE CONTRATO deverá(ão) realizar a verificação da qualidade dos itens em conjunto com o representante da Contratada, para constatar qualquer divergência entre o item previsto e o entregue. É dever, da Contratada, oferecer o item de acordo com as especificações dos itens descritos, conforme tópico III do Estudo Técnico Preliminar – ETP e cláusula 1.1. do Termo de Referência – TR.

5.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Entregar os itens fornecidos no setor requisitante, no prazo estabelecido.
- Proceder à realização de entrega dos itens, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando o destino e, quando for o caso, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência.
- Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou ao município, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da Licitante vencedora ou de quem em seu nome agir.
- Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos itens, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.
- Além das especificações do edital deverão ser observadas as prescrições a seguir:
- Os itens deverão ser fornecidos conforme especificação do material, acondicionados em



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

embalagens que certifiquem sua procedência, espécie, composição, validade, fabricação, etc.

5.3. Os tens deverão ser entregues em embalagens lacradas, sem qualquer violação.

5.4. Os itens deverão apresentar prazo de validade compatível com sua adequada utilização, recomendando-se que, no momento da entrega, possuam validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses.

5.4.1. Em casos excepcionais, poderão ser aceitos itens com prazo de validade inferior a 24 (vinte e quatro) meses, desde que acompanhados de CARTA DE COMPROMETIMENTO DE TROCA emitida pelo fornecedor.

5.5. Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, seguro, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos itens desta Licitação.

5.6. Na presente contratação, admite-se a indicação de marcas, características ou modelos, conforme especificado no descritivo de cada item, em caráter devidamente justificado. Tal indicação decorre da necessidade de fiel cumprimento de decisões judiciais, as quais determinam o fornecimento de produtos específicos aos beneficiários, em observância às prescrições médicas e às particularidades clínicas individualizadas. Dessa forma, não será admitida a substituição por marcas equivalentes ou similares, uma vez que a alteração do produto indicado poderá comprometer a efetividade do tratamento, descumprir ordem judicial e ocasionar prejuízos à Administração Pública, inclusive com aplicação de penalidades legais.

VI – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

6.1. Conforme levantamento da área técnica, a demanda da UNIDADE REQUISITANTE tem a seguinte característica:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

C Ó D	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT. SOLICIT. 2024	QUANT. SOLICIT. 2025	QUANT. SOLICIT. 2026	JUSTIFIC. (DO AUMENTO OU NÃO DO ITEM)
----------------------	------------------	------------	-------------------------------------	-------------------------------------	-------------------------------------	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

4 4 7 9 3 3 4 6 1	ACEBROFILINA 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 120ML.	FR	400	800	600	A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse motivo a diminuição do quantitativo solicitado.
4 4 7 9 3 3 7 2 1	ÁCIDO FÓLICO – VITAMINA B9 – 5MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	-	36000	20000	A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse motivo a diminuição do quantitativo solicitado.
4 4 7 9 3 3 7	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	-	2800	2000	A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse motivo a



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

2						diminuição
3						do
						quantitativo
						solicitado.
4	AMOXICILINA 50MG/ML – PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL - APRESENTAÇÃO: FRASCO	FR	-	700	1000	A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do quantitativo solicitado.
4						
7						
9						
3						
3						
7						
2						
7						
4	BACLOFENO 10MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: BACLOFENO 10MG. APRESENTAÇÃO: CROMPRIMIDO REVESTIDO.	CR	-	2160	2160	A quantidade solicitada no processo anterior atendeu as demandas, desta forma o quantitativo foi mantido.
4						
7						
9						
3						
3						
5						
2						
2						



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

4 4 7 9 3 3 5 2 5	BLOQUEADOR/PROTETOR SOLAR LABIAL FPS 60 - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 5G.	FR	-	48	48	A quantidade solicitada no processo anterior atendeu as demandas, desta forma o quantitativo foi mantido.
4 4 7 9 3 3 4 7 0	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ DIPIRONA 250MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	7500	8000	9000	A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do quantitativo solicitado.
4 4 7 9 3 3 3	CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG (500 MG DE CÁLCIO) - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	-	6000	10000	A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

2 1 6						demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do quantitativo solicitado.
4 4 7 9 3 3 7 3 7	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 1250 + 400MG + UI (500 MG DE CÁLCIO) - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	-	7500	11000	A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do quantitativo solicitado.
4 4 7 9 3 3 4 7 2	CINARINA 75MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	-	5000	600	A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse motivo a diminuição



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

						do quantitativo solicitado.
4 4 7 9 3 3 7 4 3	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO 500MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	-	5000	10000	A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do quantitativo solicitado.
4 4 7 9 3 3 4 7 3	CLOMIPRAMINA CLORIDRATO 25MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO	CP	-	21000	20000	A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse motivo a diminuição do quantitativo solicitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

4						A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do quantitativo solicitado.
4						
7						
9	CLONAZEPAM 2,5					
3	MG/ML – SOLUÇÃO	FR	-	600	1200	
3	ORAL - APRESENTAÇÃO:					
4	FRASCO COM 20ML.					
7						
5						
4						A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse motivo a diminuição do quantitativo solicitado.
4						
7						
9	CLONAZEPAM 2MG -					
3	APRESENTAÇÃO:	CP	160000	240000	180000	
3	COMPRIMIDO.					
4						
7						
4						
4	CLORETO DE SÓDIO					A quantidade solicitada anteriormente foi superior
4	9MG/ML – 0,9 % -	FR	300	500	300	
7	SOLUÇÃO NASAL -					
9	APRESENTAÇÃO:					



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

3	FRASCO COM 50ML.					ao necessário, por esse motivo a diminuição do quantitativo solicitado.
3						
4						
7						
6						
4	CONCOR 10MG -					A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse motivo a diminuição do quantitativo solicitado.
4	SUBSTÂNCIA ATIVA:					
7	HEMIFUMARATO DE					
9	BISOPROLOL.	CR	-	720	360	
3	APRESENTAÇÃO:					
3	COMPRIMIDO					
5	REVESTIDO.					
3						
1						
4	DEXCLORFENIRAMINA					O item não foi solicitado anteriormente e surgiram demandas, por esse motivo a solicitação foi feita.
4						
7	MAL 0,4MG/ML -					
9	SUSPENSÃO -	FR	-	-	400	
3	APRESENTAÇÃO:					
5	FRASCO COM 100ML.					
0						
3						
9						



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

4	DEXCLORFENIRAMINA	CP	-	3000	5000	A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do quantitativo solicitado.
4	MALEATO 2,0MG -					
7	APRESENTAÇÃO:					
9	COMPRIMIDO.					
3						
3						
7						
4						
6						
4	DIMETILPOLISILOXANE	FR	-	12	12	A quantidade solicitada no processo anterior atendeu as demandas, desta forma o quantitativo foi mantido.
4	10ML - SOLUÇÃO					
7	OFTALMOLÓGICA.					
9	SUBSTÂNCIA ATIVA:					
3	DIMETILPOLISILOXANE					
3	. APRESENTAÇÃO:					
5	FRASCO COM 10ML.					
3						
3						
4	DOBEVEN 500MG -	CP	-	1440	720	A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse
4	SUBSTÂNCIA ATIVA:					
7	DOBESILATO DE					
9	CÁLCIO.					
3	APRESENTAÇÃO:					
3	COMPRIMIDO.					



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

5						motivo a
3						diminuição
5						do
						quantitativo
						solicitado.
4						A quantidade
4						solicitada no
7	GABAPENTINA 300MG -					processo
9	SUBSTÂNCIA ATIVA:					anterior
3	GABAPENTINA.	CP	-	720	720	atendeu as
3	APRESENTAÇÃO:					demandas,
5	COMPRIMIDO.					desta forma o
4						quantitativo
2						foi mantido.
4						A quantidade
4						solicitada
7	GLIFAGE XR 500MG -					anteriormente
9	SUBSTÂNCIA ATIVA:					foi superior
3	CLORIDRATO DE	CP	-	720	360	ao necessário,
3	METFORMINA.					por esse
3	APRESENTAÇÃO:					motivo a
5	COMPRIMIDO.					diminuição
4						do
3						quantitativo
						solicitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

4						A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse motivo a diminuição do quantitativo solicitado.
4						
7						
9	HALOPERIDOL 1MG -					
3	APRESENTAÇÃO:	CP	-	11000	5000	
3	COMPRIMIDO.					
7						
5						
3						
4						A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do quantitativo solicitado.
4						
7						
9	HIDRALAZINA					
3	CLORIDRATO 50MG -	CP	-	6000	8000	
3	APRESENTAÇÃO:					
4	COMPRIMIDO.					
8						
9						
4	HIPERTÔNICO 5% -					A quantidade solicitada no processo anterior
4	SOLUÇÃO	FR	-	12	12	
7	OFTALMOLÓGICA 10ML					
9	- SUBSTÂNCIA ATIVA:					



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

3	CLORETO DE SÓDIO 5%.					atendeu as
3	APRESENTAÇÃO:					demandas,
5	FRASCO COM 10ML.					desta forma o
4						quantitativo
5						foi mantido.
4	IMIPRAMINA 25MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	18000	18000	12000	A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse motivo a diminuição do quantitativo solicitado.
4						
7						
9						
3						
3						
4						
9	LEVOMEPROMAZINA MALEATO 25MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	12000	12000	7000	A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse motivo a diminuição do quantitativo solicitado.
0						
4						
4						
7						
9						
3						
3	LEVOMEPROMAZINA MALEATO 25MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	12000	12000	7000	A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse motivo a diminuição do quantitativo solicitado.
4						
9						
4						
9						
4						
4						



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

4 4 7 9 3 3 7 5 6	LEVOTIROXINA 25 MCG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	-	40000	50000	A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do quantitativo solicitado.
4 4 7 9 3 3 7 5 8	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	-	20000	30000	A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do quantitativo solicitado.
4 4	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG -	CP	-	40000	50000	A quantidade solicitada



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

7	APRESENTAÇÃO:					anteriormente
9	COMPRIMIDO.					foi
3						insuficiente
3						para manter a
7						demanda da
5						secretaria,
7						por esse
						motivo o
						aumento do
						quantitativo
						solicitado.
4						A quantidade
4						solicitada
7						anteriormente
9	LÍTIO CARBONATO					foi
3	300MG -	CP	-	50000	80000	insuficiente
3	APRESENTAÇÃO:					para manter a
7	COMPRIMIDO.					demanda da
5						secretaria,
9						por esse
						motivo o
						aumento do
						quantitativo
						solicitado.
4	MELLERIL 200MG -					A quantidade
4	SUBSTÂNCIA ATIVA:					solicitada no
7	CLORIDRATO DE	CR	-	360	360	processo
9	TIORIDAZINA.					anterior
3	APRESENTAÇÃO:					



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

3	COMPRIMIDO					atendeu as
5	REVESTIDO.					demandas,
4						desta forma o
9						quantitativo
						foi mantido.
4						A quantidade
4						solicitada
7						anteriormente
9	METILDOPA 250MG -					foi
3	APRESENTAÇÃO:	CP	-	18000	20000	insuficiente
3	COMPRIMIDO.					para manter a
4						d demanda da
9						secretaria,
9						por esse
						motivo o
						aumento do
						quantitativo
						solicitado.
4						A quantidade
4	METOPROLOL					solicitada
7	SUCCINATO 25MG -					anteriormente
9	APRESENTAÇÃO:					foi
3	COMPRIMIDO	CP	-	36000	50000	insuficiente
3	REVESTIDO DE					para manter a
7	LIBERACAO					d demanda da
6	CONTROLADA .					secretaria,
1						por esse
						motivo o



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

						aumento do quantitativo solicitado.
4 4 7 9 3 3 7 6 3	METRONIDAZOL 100 MG/G – GEL VAGINAL - APRESENTAÇÃO: BISNAGA COM 50G.	BG	-	100	250	A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do quantitativo solicitado.
4 4 7 9 3 3 5 5 1	NEOZINE 4% – 20ML - SUBSTÂNCIA ATIVA: MALEATO DE LEVOMEPRIMAZINA. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 20 ML.	FR	-	12	12	A quantidade solicitada no processo anterior atendeu as demandas, desta forma o quantitativo foi mantido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

4						A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse motivo a diminuição do quantitativo solicitado.
4						
7						
9	NIMESULIDA 100MG -					
3	APRESENTAÇÃO:	CP	14000	14000	10000	
3	COMPRIMIDO.					
5						
0						
4						
4						A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do quantitativo solicitado.
4						
7						
9	NISTATINA 25.000 UI -					
3	CREME VAGINAL -	BG	250	300	450	
3	APRESENTAÇÃO:					
5	BISNAGA COM 50G.					
0						
5						
4	OMALIZUMABE					O item não foi solicitado anteriormente e surgiram
4	150MG/ML -	UN	-	-	24	
7	SUBSTÂNCIA ATIVA:					
9	OMALIZUMABE.					



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

3	APRESENTAÇÃO:					demandas,
4	EMBALAGEM					por esse
9	CONTENDO 1 SERINGA					motivo a
9	PREENCHIDA.					solicitação foi
7						feita.
4	OXCARBAZEPINA 60MG/ML - SUSPENSÃO ORAL - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 100ML.	FR	400	500	100	A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse motivo a diminuição do quantitativo solicitado.
4						
7						
9						
3						
3						
5						
0						
9						
4	PERMETRINA 50 MG/ML - 5% LOÇÃO - APRESENTAÇÃO: FR: FRASCO COM 60ML.	FR	-	200	300	A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do
4						
7						
9						
3						
3						
7						
6						
8						



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

						quantitativo solicitado.
4 4 7 9 3 3 7 6 9	PREDNISOLONA FOSFATO SÓDICO 3MG/ML – SOLUCAO ORAL - APRESENTAÇÃO: FR: FRASCO COM 60ML.	FR	-	700	1500	A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do quantitativo solicitado.
4 4 7 9 3 3 5 5 3	RETEMIC 5MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: CLORIDRATO DE OXIBUTININA. APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	-	720	720	A quantidade solicitada no processo anterior atendeu as demandas, desta forma o quantitativo foi mantido.
4 4 7	REUQUINOL 400MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: SULFATO DE	CR	-	360	360	A quantidade solicitada no



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

9	HIDROXICLOROQUINA.					processo
3	APRESENTAÇÃO:					anterior
3	COMPRIMIDO					atendeu as
5	REVESTIDO.					demandas,
4						desta forma o
4						quantitativo
						foi mantido.
4	SERETIDE 25 + 250MCG –					A quantidade
4	SPRAY COM 120 DOSES -					solicitada
7	SUBSTÂNCIA ATIVA:					anteriormente
9	SALMETEROL +	FR	-	120	60	foi superior
3	FLUTICASONA -					ao necessário,
3	APRESENTAÇÃO:					por esse
5	FRASCO SPRAY COM 120					motivo a
6	DOSES.					diminuição
8						do
						quantitativo
						solicitado.
4	SIMETICONA 75MG/ML					A quantidade
4	SOLUÇÃO -					solicitada no
7	APRESENTAÇÃO:					processo
9	FRASCO COM 10ML.	FR	600	600	600	anterior
3						atendeu as
3						demandas,
5						desta forma o
1						quantitativo
3						foi mantido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

4 4 7 9 3 5 0 4 3	SULFATO FERROSO 125MG/ML – GOTAS - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 30ML.	FR	-	-	100	O item não foi solicitado anteriormente e surgiram demandas, por esse motivo a solicitação foi feita.
4 4 7 9 3 3 5 7 1	TEGRETOL CR 400MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: CARBAMAZEPINA. PRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	-	1080	1080	A quantidade solicitada no processo anterior atendeu as demandas, desta forma o quantitativo foi mantido.
4 4 7 9 3 3 5 7 4	URSACOL 150MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: ÁCIDO URSODESOXICÓLICO. PRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO REVESTIDO.	CR	-	2520	2520	A quantidade solicitada no processo anterior atendeu as demandas, desta forma o quantitativo foi mantido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

4 4 7 9 3 3 2 2 2	VALPROATO DE SÓDIO – ÁCIDO VALPROICO 500 MG - APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	-	30000	75000	A quantidade solicitada anteriormente foi insuficiente para manter a demanda da secretaria, por esse motivo o aumento do quantitativo solicitado.
4 4 7 9 3 3 5 1 5	VALPROATO DE SÓDIO – ÁCIDO VALPROICO 50 MG/ML XAROPE - APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 100ML.	FR	-	1000	800	A quantidade solicitada anteriormente foi superior ao necessário, por esse motivo a diminuição do quantitativo solicitado.
4 4 7	VENLAFAXINA 75MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: CLORIDRATO DE	CR	-	360	360	A quantidade solicitada no processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

9	VENLAFAXINA.					anterior
3	APRESENTAÇÃO:					atendeu as
3	COMPRIMIDO					demandas,
5	REVESTIDO.					desta forma o
7						quantitativo
6						foi mantido.
4	VENVANSE 30MG - SUSTÂNCIA ATIVA: DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA. APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	CP	-	672	672	A quantidade solicitada no processo anterior atendeu as demandas, desta forma o quantitativo foi mantido.
4						
7						
9						
3						
3						
5						
7						
7						
4	VITAMINAS DO COMPLEXO B - POLIVITAMÍNICO - APRESENTAÇÃO: DRÁGEA.	DG	-	-	6000	O item não foi solicitado anteriormente e surgiram demandas, por esse motivo a solicitação foi feita.
4						
7						
9						
3						
3						
5						
1						
6						
4	XALATAN 50 MCG/ML - 2,5 ML - SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA - SUBSTÂNCIA ATIVA:	FR	-	24	24	A quantidade solicitada no processo anterior
4						
7						
9						



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

3	LATANOPROSTA.					atendeu as
3	APRESENTAÇÃO:					demandas,
5	FRASCO COM 2,5ML.					desta forma o
7						quantitativo
9						foi mantido.
4	XARELTO 20MG - SUBSTÂNCIA ATIVA: RIVAROXABANA. APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO REVESTIDO.	CR	-	672	672	A quantidade solicitada no processo anterior atendeu as demandas, desta forma o quantitativo foi mantido.
4						
7						
9						
3						
3						
5						
8						
0						

VII – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

7.1. O valor estimado preliminar da contratação é de **R\$ 394.833,68 (trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos)**, conforme pesquisa acostada ao presente.

VIII – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

8.1 A entrega deverá ser parcelada, conforme demanda e capacidade de armazenamento da instituição.

8.2 A aquisição será dividida em itens, observando-se o princípio do parcelamento, com vistas a ampliar a competição e evitar a concentração de mercado.

IX – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

9.1. Não foram encontradas nos registros existentes outras contratações vigentes do mesmo objeto no âmbito do MUNICÍPIO DE RIO POMBA - MG.

X – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:



10.1. A elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) constitui obrigação legal imposta ao órgão ou entidade contratante, nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, o qual estabelece que as contratações públicas devem observar o planejamento anual, com a consolidação prévia das demandas que se pretende executar no exercício subsequente.

O planejamento das contratações representa instrumento essencial de governança pública, estando diretamente relacionado aos princípios da eficiência, da economicidade, da transparência e da racionalização das despesas públicas, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e no art. 37 da Constituição Federal.

Sob o enfoque doutrinário, o planejamento é considerado etapa estruturante do ciclo das contratações públicas, antecedendo a fase preparatória e funcionando como mecanismo de mitigação de riscos, prevenção de contratações emergenciais indevidas e aprimoramento da alocação orçamentária.

O Tribunal de Contas da União – Tribunal de Contas da União tem reiteradamente destacado que o planejamento é um dos pilares da boa governança nas contratações públicas, recomendando a adoção de instrumentos formais que promovam previsibilidade, integração entre orçamento e demanda administrativa e melhoria da gestão de riscos. Em seus referenciais de governança e boas práticas, o TCU orienta que o planejamento anual contribui para maior controle, transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

No âmbito municipal, a implementação integral da Lei nº 14.133/2021 ocorreu a partir de janeiro de 2024, exigindo adequações normativas internas, capacitação de servidores e reestruturação dos fluxos administrativos. Trata-se de processo de transição relevante, uma vez que a legislação anterior não previa instrumento equivalente ao Plano de Contratações Anual com o mesmo nível de formalização e obrigatoriedade atualmente exigido.

No que se refere especificamente ao Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, sua consolidação deveria ter ocorrido ao longo do exercício de 2025, período destinado ao levantamento das demandas setoriais, compatibilização orçamentária e estruturação do planejamento anual. Entretanto, em razão do processo de adaptação institucional ainda em amadurecimento, não houve a formalização do PCA 2026 nos moldes exigidos pela nova legislação.

Ressalte-se, contudo, que a ausência formal do PCA 2026 não compromete a legalidade da presente contratação, uma vez que estão sendo observadas as demais etapas obrigatórias da fase preparatória previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- Elaboração do Estudo Técnico Preliminar;
- Formalização do Termo de Referência;
- Justificativa da necessidade da contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

- Estimativa de preços baseada em pesquisa de mercado;
- Demonstração da compatibilidade orçamentária.

Ademais, a contratação encontra-se devidamente motivada e vinculada ao interesse público, não configurando hipótese de improvisação administrativa ou contratação emergencial decorrente de ausência de planejamento deliberado.

Por fim, a Administração Municipal reafirma o compromisso com a institucionalização plena do Plano de Contratações Anual, adotando medidas para consolidação definitiva dessa prática de governança nos exercícios subsequentes, em alinhamento às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e às recomendações do Tribunal de Contas da União, visando aprimorar a previsibilidade, a eficiência e a transparência das contratações públicas.

XI – BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:

11.1. Garantir o abastecimento farmacêutico, o atendimento às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o cumprimento dentro do prazo de decisões judiciais que determinam o fornecimento de medicamentos específicos, promovendo uma melhor e maior qualidade de vida aos pacientes que necessitam das medicações.

XII – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

12.1. Não haverá providências ou adequações previamente necessárias para a aquisição dos itens.

XIII – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

13.1 A fornecedora deverá pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental, em especial aos artigos 4º, 5º e 6º da Instrução Normativa N.º 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e a Resolução 307, de 05 de julho de 2002, do CONAMA.

13.2 As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:



- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicos poluentes. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.
- b) Os materiais empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.
- c) A qualquer tempo a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

XIV – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

14.1. Esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** esta contratação, tendo em vista na capacidade da solução apresentada alcançar, da melhor forma possível, os interesses público e institucional.

XIV – RESPONSÁVEIS:

Rafael Vilela Martins | 4145

Rio Pomba – MG, 28 de maio de 2026

Rafael Vilela Martins
Secretário Municipal de Saúde



ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026

**ARP Nº/..., QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE RIO POMBA-MG E A
EMPRESA.....**

O **MUNICÍPIO DE RIO POMBA**, com sede na Av. Raul Soares, nº 15, Centro, Rio Pomba-MG, CEP: 36.180-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.744.434/0001-07, neste ato representado(a) pelo(a) (**cargo e nome**), portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, nº/202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da empresa **RAZÃO SOCIAL...**, inscrito no CNPJ sob o nº ..., com sede à... (**endereço completo**), neste ato representado(a) por (**nome e função no contratado**), conforme **atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 2.712, de 27 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **Aquisição de medicamentos básicos e judiciais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação, Processo Licitatório Nº 110/2026, e Pregão Eletrônico Nº 031/2026 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Marca (se exigida no edital) Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

2.2. O valor total desta Ata de Registro de Preços é de **R\$ XXXX,XX (valor por extenso)**.

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.



3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o MUNICÍPIO DE RIO POMBA.
- 3.2. Além do gerenciador, não há outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.



5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Não há previsão de remanejamento das quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços entre órgãos, considerando a inexistência de outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços, além do órgão gerenciador.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

11. DA GESTÃO DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A gestão do presente contrato caberá ao servidor **XXXXXXXXXXXX**, matrícula n.º **XXXX**, a que compete coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros.

11.2. A fiscalização do presente contrato caberá ao servidor **XXXXXXXX**, matrícula n.º **XXXX**, a quem compete o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados, aferir a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no instrumento de contratação, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante



ANEXO III – Minuta de Declaração Conjunta

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026

_____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, endereço completo _____, neste ato representado por: nome e prenomes_____, nacionalidade_____, estado civil_____, profissão_____, inscrito no CPF sob o nº_____, portador do RG nº_____, tendo por endereço eletrônico_____, com endereço institucional à _____, DECLARA, sob as penas da Lei que:

A) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

B) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

C) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

D) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

E) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

F) Para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu Artigo 3º e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única daquela Lei Complementar. Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006. (☐) SIM | (☐) NÃO.

G) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, bem como não se acha declarado inidôneo ou suspenso do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, estando ciente da responsabilidade de declarar ocorrências posteriores.

H) Os dados para eventual celebração de contrato/ARP do(s) representante(s) legal(is) da empresa são:

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob o nº _____, portador da C.I. _____, órgão expedidor, endereço profissional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA-MG
ADM. 2025 - 2028

I) Apresenta as seguintes informações de contato: endereço eletrônico e telefone , para envio de documentos e realização de contatos oficiais da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.

J) Apresenta os seguintes dados bancários:

Instituição Financeira:

Agência:

Conta:

Variação:

Assume, ainda, inteira responsabilidade pela veracidade de todas as informações prestadas.

Local, data.

ASSINATURA